

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

DECISÃO DO PREGOEIRO: NÃO PROCEDE (O recurso foi repassado para decisão da Autoridade Competente).

DECISÃO DO RECURSO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 10/2023 – ITEM 21

Processo nº: 23343.001741.2023-27

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS, por meio de seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº 984/2023, de 07 de julho de 2023, vem decidir o recurso impetrado pela empresa INFOSIM PRODUTOS E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA, empresa inscrita no CNPJ sob o nº 18.701.834/0001-90 e o recurso impetrado pela empresa 48.737.420 BERNARDO MENZEM CRUZ, empresa inscrita no CNPJ sob o nº 48.737.420/0001-81. Inicialmente, verifica-se que foi tempestivo o seu requerimento à licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica (processo nº 23343.001741.2023-27), de acordo com a Lei nº 10.520/2002, a Lei nº 8.666/93, o Decreto nº 10.024/2019 e a legislação pertinente. Oportunamente, não houve a apresentação de contrarrazões de recurso.

ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

A legislação aponta como pressupostos dessa espécie de recurso administrativo: a manifesta tempestividade, a inclusão de fundamentação e a formulação de pedido de reforma da decisão da desclassificação da empresa.

DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento. O recurso contra a decisão da Pregoeiro não terá efeito suspensivo. Os recursos cabíveis contra quaisquer atos da administração decorrentes desta licitação reger-se-ão pelo artigo 109 da Lei nº 8.666/1993. Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos, bem como aqueles enviados por fax, não serão conhecidos. Recebida a petição no prazo concedido, através do site do Compras.gov.br, <https://www.gov.br/compras/pt-br>, portanto de forma tempestiva, preenchidos estão os demais requisitos legais.

DO RECURSO APRESENTADO pela empresa INFOSIM PRODUTOS E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA

Sr Pregoeiro, acredito que uma diligência sanaria todas as duvidas dos senhores quanto ao produto ofertado, um dos motivos da rejeição do produto ofertado foi o "SINAL SONORO" o que se encontra na ficha tecnica do mesmo, quanto a bateria o fabricante nos enviou uma declaração que não pode ser anexada neste momento, mas caso haja a disponibilidade no portal gostaríamos de apresentar.

INFOSIM PRODUTOS E SERVIÇOS DE INFORMATICA 18.701.834/0001-90

DO RECURSO APRESENTADO pela empresa 48.737.420 BERNARDO MENZEM CRUZ

A peça recursal com imagens e comprovações foi encaminhada para o email informado no edital.

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO E PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS – IFSULDEMINAS

REF.: EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2023

PROCESSO Nº 23343.001741.2023-27

Objeto: Eventual aquisição de ativos e passivos de Tecnologia da Informação - TI para contínua oferta do serviço Computadores e Periféricos.

RECURSO ADMINISTRATIVO

Contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que inabilitou a recorrente, demonstrando os motivos de seu inconformismo pelas razões a seguir.

I. DA INABILITAÇÃO

Na sessão de julgamento ocorrida no dia 31/08/2023, após ser convocada como a melhor colocada no ranking, a Recorrente foi inabilitada pelo pregoeiro, pelos seguintes motivos:

"Inabilitação de proposta. Fornecedor: 48.737.420 BERNARDO MENZEM CRUZ, CNPJ/CPF: 48.737.420/0001-81, pelo melhor lance de R\$ 506,0000. Motivo: Inabilitado conforme a cláusulas 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3 do Edital.

Consultado o SICAF no Nível II e VI anexos encaminhado no compras.gov.br, não apresentou a documentação conforme a cláusula 9.8 e 9.10.2.

Vejamos o que fala o item 9.8 e 9.10.2 do edital:

"9.8 Relativos à Habilitação Jurídica : 9.8.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2 EM SE TRATANDO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI: CERTIFICADO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - CCMEI, CUJA ACEITAÇÃO FICARÁ CONDICIONADA À VERIFICAÇÃO DA AUTENTICIDADE NO SÍTIO WWW.PORTALDOEMPREENDEDOR.GOV.BR;

9.8.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores; 9.8.6 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

9.8.7 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.

9.8.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.10.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados forma da legislação, via de regra, devidamente registrado na Junta Comercial a que se submete a empresa de acordo com a Instrução Normativa nº 03/2018 da SEGES/MPDG (SICAF) ou a Escrituração Contábil Digital (ECD). O balanço deve comprovar a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

9.10.2.1 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2 É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato ou estatuto social.

9.10.2.3 O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

9.10.2.4 Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil#financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.10.3 A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.10.4 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente"

Ou seja, a empresa restou inabilitada por não apresentar DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO JURÍDICA (CCMEI) e BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

I. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

PARA INICIARMOS AS RAZÕES RECURSAIS, CABE DESTACAR QUE NO MOMENTO DO CADASTRAMENTO DE PROPOSTA, QUE OCORREU NO DIA 31/08/2023, A EMPRESA ESTAVA ENQUADRADA COMO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, PODENDO SER ANALISADO DE FORMA SIMPLES PELO NOME CADASTRADO NO PORTAL DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS: "48.737.420 BERNARDO MENZEM CRUZ". Entretanto, dias após seu cadastramento para participação no pregão eletrônico, desenquadrados para a modalidade de EMPRESA DE PEQUENO PORTE no dia 05/09/2023, conforme analisado no contrato social incluso ao SICAF.

É alegado que não foi apresentado documento de habilitação jurídica, nem na consulta ao Nível II do SICAF e nem nos anexos enviados pela empresa, informação essa que não condiz com a verdade. Em consulta ao link <http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/anexosPropostaHabilitacao.asp?prgCod=1154927> podemos observar que no arquivo "HABILITACAO" a empresa anexou o documento CCMEI, visto que, era o exigido em edital para Microempreendedores individuais, conforme citado e grifado acima.

Também acreditamos que essa nobre comissão passou despercebido na conferência aos níveis do SICAF, pois no momento em que a empresa desenquadrou para EPP, atualizou todos os documentos no portal, INCLUINDO AO NÍVEL II O SEU CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO! Vejamos:

"IMAGEM ANEXADA AO DOCUMENTO ENVIADO AO E MAIL"

Além do mais, devido o tempo entre a sessão pública e a convocação da empresa Prudencial, poderiam ter sido SOLICITADAS DILIGÊNCIAS quando observado a diferença entre o SICAF anexado ao comprasnet e o SICAF consultado pelo pregoeiro, pois de primeira impressão é visto que mudou porte e nome da empresa, conforme abaixo:

"IMAGEM ANEXADA AO DOCUMENTO ENVIADO AO E MAIL"

Sem mais, é COMPROVADO QUE A HABILITAÇÃO JURÍDICA DA EMPRESA ESTAVA ATUALIZADA, tanto para o momento do cadastro da proposta onde nos encontrávamos como MEI, quanto no momento em que fomos convocados, tendo seu contrato social incluso no SICAF.

II. DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

É sabido que a exigência de Balanço Patrimonial não ocorre com os Microempreendedores Individuais – MEI, pois não detêm a obrigatoriedade de produzir e apresentar os balanços patrimoniais, com fulcro no art. 97 da Resolução CGSN 94/2011, artigo 3º e 7º da CGSN 53/08.

O MEI não está obrigado a possuir os Livros Razão e Diário com balanço e contabilidade propriamente dita, sendo assim, está desobrigado a registrar Contabilista. Esse entendimento também está explícito no Código Civil, Lei 10.406/2002 – artigo 1.179, § 2º e artigo 970:

"Art. 1.179. O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico. § 2º É DISPENSADO DAS EXIGÊNCIAS DESTES ARTIGOS O PEQUENO EMPRESÁRIO A QUE SE REFERE O ART. 970."

BEM COMO NOS ARTIGOS 68 E 18-A, § 1º, DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006.

Assim sendo, legalmente a Licitação pode exigir o Balanço Patrimonial das ME e EPP (salvo nos enquadramentos do Decreto 8.538/2015), mas não pode manter tal exigência para o MEI, muito menos impedi-lo de participar de licitações públicas (Inciso 4 Lei Complementar 147 de 2014) e nem inabilitá-lo por tal. POR ESSE MOTIVO A EMPRESA NÃO ANEXO AOS DOCUMENTOS ENVIADOS NA PLATAFORMA PARA CADASTRO DE PROPOSTA O BALANÇO PATRIMONIAL, POIS ESTAVA ENQUADRADA COMO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI NA DATA DE 31/08/2023.

Entretanto, conforme citado acima pela própria empresa, a Licitação pode exigir o Balanço Patrimonial das ME e EPP, POR ISSO QUE NO MOMENTO EM QUE DESENQUADRAMOS PARA EPP, ANEXAMOS AO SICAF NOSSO BALANÇO PATRIMONIAL, VEJAMOS:

"IMAGEM ANEXADA AO DOCUMENTO ENVIADO AO E MAIL"

Sem contar que, novamente poderiam ter sido solicitadas simples diligências onde, IMEDIATAMENTE, seria comprovado a documentação, visto que, a empresa Prudencial trabalha com transparência e honestidade e nunca entraria em um certame faltando com simples documentos!

III. DO PEDIDO

Haja visto que a empresa não pretende usufruir de benefícios aparentes para alegar contra a sua inabilitação, fato esse que demonstrado acima foi executado de maneira equivocada, a recorrente já está apresentando os fatos de maneira sucinta, para que não restem dúvidas quanto a RESPONSABILIDADE e COMPROMISSO que assumimos ao cadastrar nossa proposta de preços para o pregão em epígrafe.

Além do mais, precisamos destacar que depois de tantos participantes desclassificados, a empresa Prudencial foi a única a apresentar produto condizente com o solicitado no termo de referência e que, caso homologado, serão

entregues dentro das especificações, prazos e garantias exigidos em edital.

Em face do exposto e tendo em vista que o preço ofertado pela recorrente é efetivamente o menor e, por conseguinte, o mais vantajoso para a Administração, que o motivo apontado para a inabilitação da recorrente trata-se de um mero equívoco, o qual pode ser sanado pela administração, solicitamos como lúdima justiça que:

1. A peça recursal da recorrente seja conhecida para, no mérito, ser DEFERIDA INTEGRALMENTE, pelas razões e fundamentos expostos;
2. Seja reformada a decisão do Pregoeiro, que declarou como inabilitada a empresa Prudencial Comércio (48.737.420 Bernardo Menzem Cruz);
3. Seja novamente habilitada para o processo licitatório, e posteriormente as fases obrigatórias, seja declarada adjudicada;
4. Caso o Pregoeiro opte por não manter sua decisão, REQUEREMOS que, com fulcro no Art. 9º da Lei 10.520/2002 C/C Art. 109, III, § 4º, da Lei 8666/93, e no Princípio do Duplo Grau de Jurisdição, seja remetido o processo para apreciação por autoridade superior competente.

Vila Velha – ES, 25 de outubro de 2023.

DECISÃO DO PREGOEIRO

Transcorridos os prazos de recurso e de contrarrazões de recurso, diante das informações apresentadas no recurso impetrado pela empresa, o Pregoeiro e a equipe de apoio, acompanhados do Setor demandante, analisaram o Edital e seus Anexos, além do Aviso do Compras.gov.br, com o objetivo de tomar uma decisão conforme os princípios legais e constitucionais da licitação, dentre os quais a legalidade, impessoalidade, isonomia e demais ditames presentes no ordenamento.

Primeiramente cumpre esclarecer que todos, público e, principalmente, as empresas participantes, tiveram ciência anterior ao edital de licitação, bem como declararam ciência e aceitaram todas as condições do edital e seus anexos.

Vê-se que a EMPRESA RECORRENTE, INFOSIM PRODUTOS E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA, objetiva a revisão da decisão que desclassificou a sua proposta, com equívoco na avaliação de seu conjunto documental. Em primeiro lugar, como se cuida de licitação de itens de tecnologia da informação (TIC), as decisões pela aceitação, ou não, das propostas são fundadas em juízo técnico, exarado pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) do IFSULDEMINAS.

Consultado acerca das razões de recurso apresentado, a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) do IFSULDEMINAS as analisou, conforme critérios técnicos, elaborou o OFICIO Nº 155/2023/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS, que transcrevemos, na íntegra, a seguir:

"Assunto: Pregão 10/2023 - análise e parecer quanto ao recurso interposto para o item 21.

Senhor Coordenador,

Informamos a seguir a análise e parecer quanto ao recurso interposto pela licitante INFOSIM PRODUTOS E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 18.701.834/0001-90, em relação à aceitação de proposta do item 21.

Oportuno registrar que a recorrida LIBERT TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o número, não apresentou contra razões.

O teor do recuso é transcrito in verbis a seguir:

"Sr Pregoeiro, acredito que uma diligencia sanaria todas as duvidas dos senhores quanto ao produto ofertado, um dos motivos da rejeição do produto ofertado foi o "SINAL SONORO" o que se encontra na ficha técnica do mesmo, quanto a bateria o fabricante nos enviou uma declaração que não pode ser anexada neste momento, mas caso haja a disponibilidade no portal gostaríamos de apresentar."

Ocorre que o teor da recusa da proposta da recorrente, nos termos do OFICIO Nº138/2023/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS, foi como segue:

"Não, o catálogo do produto ofertado não permite comprovar a conformidade com os requisitos bateria de 7AH, sinalização visual das condições da carga, possuir alarme sonoro para indicação do nível de bateria no modo inversor e possuir função "mudo" para inibir o alarme sonoro da campainha."

Vê-se que a recusa da proposta relaciona ao menos quatro requisitos, os quais não puderam ser comprovados através da análise do catálogo postado pela recorrente. Sendo assim, a diligência não se aplica tendo em vista não tratar-se dúvidas, mas sim de constatação de que o catálogo foi omissivo quanto aqueles requisitos.

Quanto à declaração do fabricante, o recorrente poderia tê-la apresentada desde a proposta inicial, tendo em vista o permissivo estabelecido no item 12.6 DA PROPOSTA do termo de referência que registra "Caso os prospectos técnicos não sejam suficientes para comprovar todas as exigências, a empresa a ser contratada poderá apresentar declaração do fabricante que ateste o atendimento dos requisitos especificados no Anexo I - Requisitos técnicos, unidades demandantes e valores unitários e totais deste documento. A falta dessa comprovação e a insuficiência dos prospectos / catálogos implicará na desclassificação."

Tendo em consideração o exposto acima, não damos provimento ao recurso interposto e ratificamos a proposta aceita para o item 21."

Vide OFICIO Nº 155/2023/CLTI/DTI/IFSULDEMINA, disponível em: <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/pro-reitoria-administracao/compras-e-licitacoes/150-pregao-eletronico/5659-pregoes-eletronicos-2023-ifsuldeminas-uasg-158137>

Portanto, a proposta validada e aceita pelo Pregoeiro, esteiada nos elementos técnicos, analisados pelo setor competente (Diretoria de Tecnologia da Informação), está de acordo com as exigências editalícias e, especialmente, técnicas, devendo ser provido o recurso oposto à decisão do Pregoeiro pela empresa INFOSIM PRODUTOS E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA.

Vê-se que a EMPRESA RECORRENTE, 48.737.420 BERNARDO MENZEM CRUZ, objetiva a revisão da decisão que desclassificou a sua proposta, com equívoco na avaliação de seu conjunto documental, irredignada com a desclassificação de sua proposta, pleiteia a reforma da decisão, pelas razões que expõe.

Diante das argumentações apresentadas pela recorrente, 48.737.420 BERNARDO MENZEM CRUZ, foi refeita a verificação da documentação encaminhada pela recorrente com relação à Habilitação Jurídica e mediante verificação do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual encaminhado no anexo do compras.gov.br ao endereço eletrônico constante na própria certidão, <https://mei.receita.economia.gov.br/certificado>, obtemos a informação de que "Não foram encontrados períodos de enquadramento como MEI para o CNPJ pesquisado. Verifique a Consulta Pública do CNPJ a seguir .".

Verificando-se, desse modo, aparente descompasso entre as razões apresentadas pela recorrente sobre Condição de Microempreendedor Individual e a validação mediante a verificação do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual encaminhado no anexo do compras.gov.br para fins de Habilitação Jurídica conforme a cláusula 9.8.2 do Edital, à época da abertura da sessão pública do pregão, procedeu-se a consulta ao Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, em que se verificou que a empresa se declara Empresa de Pequeno Porte. Em consulta ao SICAF, Nível II – Habilitação Jurídica, verificou-se que o Contrato Social fora anexado

de fato, posteriormente à abertura da sessão pública do pregão.

Diante das argumentações apresentadas, foi refeita a análise em relação à Qualificação Econômico-Financeira no tocante a alegação de dispensa da apresentação de Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social por parte da empresa que a época estaria enquadrada na Condição de Microempreendedor Individual, em oposição ao exigido no Edital em sua cláusula 9.10.2.. Nesse ponto, salienta-se que o próprio Edital não faz menção a exceções de dispensa da apresentação do Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social ou a Escrituração Contábil Digital (ECD), conforme o caso, para fins de habilitação, seja com relação ao enquadramento ou ao porte das empresas participantes, estando, desse modo, em consonância com a Lei 8.666/1993 (art. 31, inciso I) que estabelece normas gerais sobre licitações e ao qual o edital de licitação está vinculado, ainda que dispensado da elaboração do referido Balanço patrimonial e demonstrações contábeis pelo Código Civil (art. 1.179, § 2º, da Lei 10.406/2002) ou Escrituração Contábil Digital (ECD).

Todos os participantes, no presente processo licitatório, para fins de habilitação, com relação à Qualificação Econômico-Financeira, quando exigido para fins de comprovação de sua boa situação financeira, deveriam apresentar a documentação exigida no Edital, seja o Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social ou a Escrituração Contábil Digital (ECD), encaminhando-os, conforme o caso, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública ou providenciando o cadastramento no SICAF (cláusula 9.2 do Edital) antes da data prevista para o recebimento da proposta, e também conforme estabelecido na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

Conforme o Edital, em sua cláusula 9.2.2: "É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada."

Verifica-se, então, que a recorrente não apresentou, à época da abertura da sessão pública, o Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social ou a Escrituração Contábil Digital (ECD) para fins de habilitação, como a própria expõe em seus argumentos, estando portanto a proposta apresentada em desacordo com as cláusulas do Edital, bem como a Lei 8.666/1993, para fins de habilitação.

Portanto, as decisões tomadas no processo licitatório estão de acordo com a legislação vigente no tocante a inabilitação da recorrente pela não apresentação do Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social ou a Escrituração Contábil Digital (ECD), conforme indicado nas razões acima, devendo, por isso mesmo, ser improvido o recurso oposto à decisão do Pregoeiro, que inabilitou a recorrente 48.737.420 BERNARDO MENZEM CRUZ.

Portanto, as decisões tomadas no processo licitatório estão de acordo com a legislação vigente, conforme indicado nas razões acima, devendo, por isso mesmo, ser indeferidos os recursos.

Encaminha-se a presente decisão para ratificação, ou não, da autoridade competente.

Pouso Alegre/MG, 03 de novembro de 2023

Ronaldo Zacarias Costa
Pregoeiro

Voltar